



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO DO PROFESSOR DA EJA NO MUNICÍPIO DE POÇÕES - BA

Camila Moreira Alves*
(UESB)

Benedito G. Eugenio**
(UESB)

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a área educacional brasileira vem passando por mudanças que interferem diretamente na formação profissional de um dos principais protagonistas do processo educacional: o professor. Não há como pensar em educação escolar sem o preparo do educador com a formação necessária, já que são os profissionais mais diretamente envolvidos com processos e resultados da aprendizagem escolar.

Por isso, exige-se cada vez mais a qualificação dos professores para atuarem nas diversas modalidades de ensino, inclusive na Educação de Jovens e Adultos – EJA, que ainda é uma necessidade social expressiva, já que existe um contingente significativo de jovens e adultos com pouca ou nenhuma escolaridade necessitando de profissionais que possuam competências e saberes essenciais à prática educativa referente a essa modalidade.

Essas razões justificam a pesquisa que terá como objeto o estudo de políticas públicas de formação do professor da EJA no município de Poções – Ba.

Na sociedade contemporânea, pensar na formação de professores para EJA é pensar na libertação intelectual e cultural das pessoas que de certa forma são excluídas do processo educacional por não terem tido acesso ao Ensino Fundamental e Médio na

* Aluna do curso de Especialização em Educação, Cultura e Memória/UESB/MP. E-mail: myllamalves@yahoo.com.br

** Professor da UESB. Orientador. E-mail: dodoeugenio@yahoo.com.br



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

idade apropriada. Mas não basta pensar, deve-se por em prática políticas educacionais que visem à qualidade do ensino por meio da formação de professores capacitados para atender as demandas atuais da EJA.

Dessa forma, é imprescindível que os sistemas de ensino forneçam formação aos educadores da EJA, a fim de atender as diversidades existentes entre os alunos dessa modalidade. Diante dessas circunstâncias, a pesquisa consistirá do seguinte problema: no município de Poções têm sido implementadas políticas educacionais direcionadas para a formação do professor da EJA? Os professores que ensinam na EJA estão capacitados para atuarem nesta modalidade da educação básica?

Historicamente, a educação destinada ao atendimento de jovens e adultos no Brasil não teve à atenção devida dos órgãos públicos. Ainda que tenha realizado, ao longo dos anos, projetos e campanhas e, também, referendada na legislação brasileira, essa modalidade de ensino ainda não conseguiu uma inclusão satisfatória dos indivíduos que se encontram, por algum motivo, fora do processo educacional.

A promulgação da Constituição Federal em 1988 possibilitou importante conquista na área da EJA. Tal conquista se evidencia quando garante “ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso em idade apropriada” (art. 208, inciso I).

Na década de 90, com a homologação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, nº 9394/96-a EJA, como modalidade da educação básica, passa a configurar como um direito das pessoas que estão ausentes do processo educacional e as instituições governamentais deverão oferecê-la gratuitamente, facilitando o acesso e permanência de todos na citada modalidade.

Entretanto, Haddad e Di Pierro (2000) salientam que o ensino fundamental de jovens e adultos, no final da década de 90, perde espaço como atendimento educacional público de caráter universal e passa a ser compreendido como política compensatória, coadjuvante no combate às situações de extrema pobreza sem que uma política



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

articulada possa atender de modo planejada ao grande desafio de superar o analfabetismo e elevar a escolaridade da maioria da população.

A aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE, nº 10172, em 2001, reforça, em consonância com a Constituição Federal de 1988 e a LDB de 1996, a concepção de educação como direito legítimo de crianças, jovens e adultos, realçando a importância da eliminação do analfabetismo para construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Portanto, fundamentada nas leis anteriores, a EJA constitui-se em direito legal as pessoas que por algum motivo, não puderam concluir os estudos na idade própria.

No universo da formação de professores para EJA, que é o foco principal deste trabalho, verifica-se que a LDB nº 9394/96 e o PNE nº 10172/01 trazem à tona a importância da citada formação. A Educação de Jovens e Adultos, na LDB é uma modalidade da educação básica. Portanto, as competências necessárias aos profissionais das diferentes modalidades de ensino são imprescindíveis também aos professores da EJA.

Nessa perspectiva, o artigo 67 inciso I da atual LDB salienta que os sistemas de ensino favorecerão a qualificação dos educadores, oportunizando-lhes aperfeiçoamento profissional continuado.

O PNE, em consonância com a LDB, referenda também a formação de professores para EJA quando destaca que os sistemas de ensino deverão manter programas de formação de educadores de jovens e adultos, capacitados para atuar de acordo com o perfil da clientela [...] de forma a atender a demanda de órgãos públicos e privados envolvidos no esforço de erradicação do analfabetismo (5.3. objetivos e metas 7).

A realização desta pesquisa terá como referencial metodológico a abordagem qualitativa e o estudo de caso será o procedimento mais adequado para investigação, porque será possível fazer um estudo profundo do objeto, permitindo conhecê-lo de forma pormenorizada.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 9394. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.
- BRASIL. Lei nº 10172. Plano Nacional de Educação, 2001.
- DI RICO, Gaetana Maria Jovino Di. Educação de Adultos: uma contribuição para seu estudo no Brasil. São Paulo: Loyola, 1979.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática docente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 200.
- GARCIA, Marcelo Carlos. Formação de Professores: para uma mudança educativa. Portugal: Porto LDA, 1999.
- HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de Jovens e Adultos. Revista Brasileira de Educação. Maio a Agosto, nº 14, 2000.
- LINHARES, Célia e ALVES, Nilda. Formação de Professores: pensar e fazer. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- PAIVA, Vanilda Pereira. Educação popular e educacional de adultos. São Paulo: Loyola, 1973.